

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Cena fluminense

Alguns cultos evangélicos no interior do estado do Rio de Janeiro começam com a entrada da bandeira do Brasil e o Hino Nacional. Quem esteve por lá recentemente viu que, quando a música para, um pastor diz: “A nossa bandeira jamais será vermelha”.

Eu sou você amanhã

Difícilmente, a maioria da Câmara dos Deputados vai corroborar a ordem do STF, de cassar o mandato de Daniel Silveira. A ordem que impera nos partidos é na linha do que foi dito pelo presidente Arthur Lira, ou seja, o Parlamento é quem decide a sorte dos deputados.

Direito autoral

Se fosse por um processo interno, Daniel poderia ser até punido, mas cassação por ordem do STF os parlamentares tendem a rejeitar.

Nossos índios estão sozinhos

A denúncia do caso de estupro e morte de uma menina ianomami de 12 anos, em Roraima, obteve até aqui respostas protocolares das autoridades locais. Em Brasília, silêncio de todos os ministérios, seja de Direitos Humanos, seja da Justiça. E se fosse a sua filha?

Auxílio eleitoral

A reunião do União Brasil serviu de termômetro do que está por vir no plenário da Câmara, quando a Medida Provisória do Auxílio Brasil de R\$ 400 for à votação. Dos 52 deputados da bancada, nenhum foi contra quando Danilo Forte defendeu que o partido apresente uma emenda passando o benefício para os R\$ 600 pagos no primeiro ano da pandemia, de forma a não deixar essa “bondade” como obra dos partidos de oposição. “Todos os entes federados tiveram aumento de arrecadação. E já que não querem ceder em impostos para aliviar o preço da energia e dos combustíveis, que deem esse dinheiro para a população mais pobre”, defendeu Forte, com o aval de toda a bancada. O único que ficou calado foi o líder, Elmar Nascimento. E, diz o ditado, quem cala consente.

» » »

Os partidos mais ligados ao governo, porém, vão apostar nos R\$ 400, o piso do Auxílio que, em alguns casos, ultrapassa o valor de R\$ 800. E deixar claro que é melhor aprovar do jeito que está do que voltar aos recursos pagos pelo antigo Bolsa Família. A discussão promete.



maure

CURTIDAS

Terrivelmente chateado/ A alguns amigos, o presidente Jair Bolsonaro disse que, se soubesse que o mais novo ministro do Supremo Tribunal Federal, André Mendonça, votaria contra Daniel Silveira, teria escolhido Ives Gandra Martins Filho ou Augusto Aras para o STF.

Por falar em escolhas.../ O ex-ministro Carlos Marun (MDB) decidiu que não será candidato a nada. “Descobri que há vida fora do Parlamento”, diz ele.

A boa regra/ Na exposição em homenagem aos 62 anos de Brasília e do Correio, diversas autoridades comentavam o indulto a Daniel Silveira — exceto o ministro Gilmar Mendes. Ele só fala nos autos.

Denise Rothenburg



Portfólio/ Onde a deputada Bia Kicis (foto) vai, ela carrega o relatório do trabalho de seu período na presidência da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara. Em 2021, em plena pandemia, foram apreciadas ali, em 2021, 934 matérias, entre elas o projeto que prorrogou o subsídio para 17 setores da economia, que ela negociou pessoalmente com o ministro Paulo Guedes.

PODER / Ex-ministro da Educação infringiu determinações da agência ao se dirigir a balcão de uma companhia aérea com arma de fogo carregada. Ao manuseá-la, ele disparou acidentalmente e feriu uma funcionária com estilhaços

Ribeiro violou regras da Anac

O ex-ministro da Educação Milton Ribeiro infringiu regras da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) ao se dirigir ao balcão de uma companhia aérea com uma arma de fogo carregada. Ao manusear a arma, ele acabou disparando acidentalmente, ferindo com estilhaços uma funcionária da Gol Linhas Aéreas.

A Resolução 461/2018 da Anac dispõe sobre os procedimentos de embarque e desembarque de passageiros armados. Pelas normas, o passageiro deve comparecer à representação da Polícia Federal no aeroporto antes da realização do check-in, levando consigo um formulário preenchido de autorização de embarque com arma.

A agência determina que o desmuniamento do revólver deve ocorrer antes da chegada ao aeroporto ou em um local específico para essa finalidade dentro do aeroporto, se houver. O passageiro só pode manusear a arma de fogo nesse espaço exclusivo. No procedimento, o cano deve permanecer apontado para uma caixa de areia.

Ribeiro tentou desmuniar sua arma dentro de uma pasta enquanto era atendido no balcão da Latam, no Aeroporto Internacional de Brasília, na segunda-feira. Além de entrar no local com a **pistola carregada**, ele manuseou o objeto próximo a funcionários que trabalhavam no local, deixando uma mulher ferida — em nota, a Gol informou que a funcionária foi atingida sem gravidade e passa bem.

O ex-titular do MEC foi levado à Superintendência da Polícia Federal do DF, onde prestou depoimento. Ele afirmou aos agentes que tem licença de Caçador, Atrador Desportivo ou Colecionador (CAC) e que o acidente

Weintraub ironiza

O ex-ministro da Educação Abraham Weintraub usou as redes sociais para ironizar Milton Ribeiro. “Devia utilizar as novas Bíblias compradas pelo esquema pastores/MEC”, escreveu, citando os escândalos de corrupção envolvendo a pasta. Na publicação, Weintraub anexou a imagem de uma Bíblia com uma arma escondida em seu interior.

ocorreu quando tentava tirar a munição da arma dentro de uma pasta, por medo de expô-la. Por causa do pouco espaço, o disparo aconteceu.

A defesa de Ribeiro justificou que o pastor levava a arma em razão da mudança de moradia — entregou o apartamento funcional em Brasília e estava a caminho de São Paulo.

Segundo determinações da Anac, para viajar com armas é preciso atestar a necessidade do porte entre o momento da entrada na sala de embarque do aeroporto de origem e o desembarque no destino do voo. No caso de agentes públicos, a permissão pode ser concedida em situações de escolta de autoridade, testemunha ou passageiro sob custódia; execução de técnica de vigilância; deslocamento após convocação para serviço.

Para policiais federais, o critério é não ter nenhuma restrição ao porte ou posse de arma de fogo e ter concluído com aproveitamento o curso ministrado pela Academia Nacional de Polícia (ANP) sobre o porte de arma de fogo a bordo de aeronaves civis. (**Agência Estado, Maria Eduarda Angeli e Raphael Pati — estagiários sob a supervisão de Cida Barbosa**)

Catarina Chaves/MEC



Ribeiro explicou à PF que tentou tirar a munição com a arma dentro da pasta, por medo de expô-la

» Prefeito será ouvido sobre esquema no MEC

O prefeito de Centro Novo do Maranhão, Júnior Garimpeiro (PP), que será ouvido, hoje, na Comissão de Educação do Senado, patrocinou Bíblias com foto do pastor Milton Ribeiro da Educação. Os exemplares seriam parte de pagamento de propina cobrada por dois pastores, Gilmar Santos e Arilton Moura, para liberar acesso ao então ministro. Outras contrapartidas eram dinheiro e até barras de ouro. No fim de março, Ribeiro foi obrigado a deixar o cargo após as denúncias vierem à tona. Os três estão sob investigação.

Aluno de escola privada perto do Prouni

» TAINÁ ANDRADE

O Senado aprovou a Medida Provisória 1075/2021, que modifica regras do Programa Universidade para Todos (Prouni). Uma das alterações estende o benefício a estudantes que fizeram o ensino médio em escolas privadas sem bolsa ou com bolsa parcial. O texto voltará à apreciação da Câmara, porque sofreu modificações. Os deputados têm de votá-lo até 16 de maio, caso contrário, perderá a validade.

Pelas regras anteriores, apenas estudantes de ensino público ou com bolsa integral em escolas privadas poderiam se

inscrever no Prouni. Agora, a concessão está atrelada a uma ordem de atendimento prioritário, na qual, em primeiro lugar, virão os estudantes com deficiência, seguidos por professores da rede pública que vão cursar licenciatura ou pedagogia.

A MP mantém a renda familiar como critério para o Prouni. As bolsas integrais de estudo são concedidas a estudantes com renda familiar mensal per capita de até um salário mínimo e meio. Bolsas de 50% serão concedidas a quem tem renda familiar mensal per capita de até três salários mínimos. Com a mudança, estudantes que não foram bolsistas,

mas que mesmo assim se encaixam nesses critérios poderão ter acesso ao programa.

A dispensa de documentação para comprovar renda ou deficiência, incluído no texto pelo relator, senador Wellington Fagundes (PL-MT), foi alvo de críticas. “No Brasil, nós temos excesso de burocracia. Estamos facilitando a vida daqueles que querem ter acesso ao Prouni, dando credibilidade à declaração dos estudantes e dando condições para que o governo possa, por meio do seu banco de dados, fiscalizar isso”, rebateu o parlamentar.

Para a oposição, no entanto, o dispositivo abre caminho para fraude, com a concessão de

bolsas a quem tem condições de pagar uma faculdade privada. “Todos confiam na boa-fé do cidadão, mas precisamos ter um instrumento importante, que é saber de onde ele veio, qual é sua origem e se realmente ele está precisando, para que não tire a vaga de quem realmente precisa”, argumentou o senador Werverton Rocha (PDT-MA).

Essa é uma pauta pela qual o governo federal está empenhado. Na votação anterior, na Câmara, a justificativa foi de que a medida amplia o acesso ao ensino superior de estudantes egressos do ensino médio privado que fizeram o curso com bolsas parciais. (**Com Agência Estado**)